A Crise Global e as SaÃ-das à Esquerda

1. OS OCEANOS JÃullet NÃfO SEPARAM AS ECONOMIAS

1.1. A Crise no Centro do Império

No inÃ-cio de 2008 começava a agudizar-se um estado de contágio e de crise na economia mundial, à medida que as expressões sub-prime, crise hipotecária, empréstimos de risco e crédito malparado impregnavam e começavam a fazer parte do vocabulário da curiosidade, da análise e da preocupação das pessoas.

Mesmo assim, ainda no inÃ-cio de 2008 existiam muitos Governos e analistas que minimizavam os primeiros sintomas de uma crise anunciada e cada vez mais palpável.

E os sintomas estavam Iá: crise no subprime; recuo do mercado imobiliário; execuções hipotecárias massivas; acções da banca em queda; preços da habitação em baixa consecutiva; injecções gigantescas de capital por parte dos bancos centrais nos mercados e nas instituições financeiras, desesperadamente procurando liquidez; começaram a suceder-se as revisões do crescimento em baixa, os mini-crashes e a queda dos Ã-ndices de confiança para nÃ-veis históricos... Ainda assim, o Governo portuguós (como outros) recusava-se a admitir a crise. Teixeira dos Santos argumentava sobre a imunidade da economia portuguesa face à crise que se vinha a acentuar no mercado imobiliário norte-americano, consequóncia da tão propalada crise no sub-prime. Sócrates regozijava-se então com a â€~casa arrumada' e outros anunciavam à boca cheia o â€~fim da crise'...

Fim ou inÃ-cio?

Aquando dos primeiros sintomas da emergência da crise, o Bloco de Esquerda fez uma interpelação ao Governo sobre polÃ-tica económica, alertando para a aproximação de uma crise social. Ainda antes disto, a UDP, em Fevereiro, analisando a situação, escrevia: "Ao contrário do que circula, esta crise hipotecária não afecta apenas os EUA. Tende a repercutir-se no sistema financeiro globalizado e a provocar um processo recessivo a nÃ-vel mundial―. E tinha razão! Assim como o Bloco de Esquerda! Mas nesta altura, Sócrates e o seu Governo ainda seguiam pela via da negação: Que não era assim; que as expectativas de crescimento para a economia portuguesa se mantinham, e que a crise estava confinada ao mercado dos EUA...

Enganou-se José Sócrates, e ao optar pela inoperância pode e deve ser acusado de nada ter feito para minorar os efeitos de contágio e a derrapagem da crise.

No centro do Império a economia ressentia-se e gripava (1) com uma inflação galopante, com o aumento do desemprego, com a quebra e recuo da economia produtiva, com os consecutivos fechos em baixa das bolsas, com o endividamento e sobre-endividamento das famÃ-lias, com as consecutivas execuções hipotecárias e as consecutivas revisÃues em baixa do crescimento económico...

1.2. Dos EUA para a Europa, e Portugal não é imune

O que poucas semanas de desenvolvimento destes sintomas nos mostraram foi que os oceanos já não chegam para separar economias, muito menos para travar ondas de choque das economias em crise... E de repente, a gripe económica nos EUA não era penas um cenário exclusivos deste paÃ-s, pois ela galgou o Oceano e deste lado do Atlântico os números seguem na linha da crise (2).

Dados recentes mostram uma contracção e uma estagnação dos vários paÃ-ses da Zona Euro (por pouco, Portugal não entrou em recessão), e o PIB da Zona Euro recuou 0,2% pela primeira vez desde a criação da moeda única. E as previsões de futuro mostram a continuidade desta linha descendente, com um maior abrandamento económico no último semestre de 2008, concretizando-se o cenário de recessão económica para vários paÃ-ses.

As revisões de crescimento em baixa que deixam, no segundo trimestre do ano, a própria Alemanha e a França perto de uma estagnação económica, revelam o encolhimento e a perda efectiva do sector produtivo.

Em Portugal, sentimos este encolhimento todos os dias quando ouvimos as palavras encerramento, despedimentos... São pão nosso de cada dia: encerramentos consecutivos de empresas; despedimentos de centenas de trabalhadores... Prova disto é o facto do ser o próprio IEFP a vir a público avisar que face à desaceleração da economia é de esperar que exista um abrandamento na diminuição do desemprego. Uma espécie de eufemismo embrulhado numa barganha estatÃ-stica que traduzido nos diz que se espera mais desemprego, fruto da destruição da economia produtiva.

Como agravante temos o crescimento da inflação na Zona Euro a galopar valores insustentáveis (3%, 4%...). As polÃ-ticas de combate à inflação, levadas a cabo pelo Banco Central, resumem-se à subida das taxas de juro, castigando o investimento produtivo, o consumo e castigando também, e de forma violentÃ-ssima, o consumidor, que nesta altura tem que suportar a Euribor (a 3, a 6 ou a 12 meses) a valores que ultrapassam a barreira dos 5%. Medidas gravosas que em nada combatem a inflação, principalmente quando a inflação de preços não decorre de picos de sobre-produção ou de sub-produção, mas sim do agravamento de preços impostos pela especulação em mercados energéticos, alimentares, ou do imobiliário, como sabemos.

A consequência de toda esta situação sente-se na economia portuguesa: com um PIB per capita que recuou para valores de 1990; com um desemprego que se manterá por volta dos 8%; com incapacidade de criar empregos; com o aumento do crédito malparado em Portugal; com a queda do Ã-ndice de confiança para valores de 1986; com a inflação acima dos salários; com o investimento e com o crescimento revisto em baixa ou com o aumento inflacionista e especulativo de bens e produtos essenciais, como os alimentos ou a energia (3).

Perante tudo isto, e agora que Sócrates vê revisto em baixa o crescimento económico português, usa a mundialização da crise como desculpa para incumprimento das metas por si traçadas... Diz que é do preço do petróleo, que são reflexos da crise nos EUA, que nada pode fazer. Mas quando em Fevereiro, o Bloco e a UDP falavam na globalização da crise, Sócrates negou este cenário e negando-o, negou também a actuação no combate a essa crise que se agudizou. Prova dessa agudização é este clima de †estagflação', registando-se a estagnaç economia produtiva conjugada com um Ã-mpeto inflacionista, tendo como consequências, na sua extensão, o agravamento do desemprego, da precariedade, a depreciação dos salários reais e a perda de poder de compra dos já mais pobres e desprotegidos. Diga-se ainda que este caminho da †estagflação' parece guardar ao dobrar da esquina

2. ENTRE O CASINO E O MUNDO, UMA CRISE NA ERA DA GLOBALIZAÃ \ddagger Ã f O
2.1. A Primeira Crise Moderna, global e globalizante
Esta crise é única. Não porque nunca tenha havido uma crise a abalar e a retrair a expansão capitalista (todos nós sabemos da ciclicidade destas crises), mas porque é a primeira crise própria de uma Economia Globalizada. É a primeira crise moderna, na chamada era da globalização, na qual a liberalização da economia entrelaçou os vários mercados.
As crises são inerentes ao capitalismo, representando momentos de destruição de capacidade produtiva, concentração de propriedade e capital e apuramento da classe burguesa. No entanto, apenas numa crise própria da globalização é que a crise financeira nos EUA poderia sacudir e varrer toda a Economia Mundial, tal e qual efeito borboleta.
2.2. Financeirização Económica: um Casino Global Mas esta crise moderna não tem apenas como agravante a sua mundialização e globalização (que permite o seu rápido e tentacular contágio) Esta crise tem outra agravante que é um dominante do actual capitalismo; a Economia
de Casino, e o crescimento através desta jogatina especulativa, virtual e de economia volátil e sem substância.
A Economia de Casino traduz-se na financeirização da Economia e na forma como o Capitalismo, hoje, aposta na instantaneidade das bolsas, na especulação que empola os preços das acções, nas golpadas bolsistas, na virtualização da mais-valia, substituindo-se o investimento produtivo pelo jogo rentista de tÃ-tulos. ConsequÃancias? O capital virtual existe em maior volume que o capital real e é um mÃoltiplo do verdadeiro valor da economia real.
O paradigma do capitalismo actual é assim esta aposta rentista e especulativa, agravada pelo facto de a maior parte dos activos da Banca se situarem em off-shores, sendo por isso incontroláveis, irregulamentáveis e impossÃ-veis de fiscalizar Nos off-shores consegue-se a mais pura liberdade de circulação do capital, que circula em verdadeira â€roda livre'.
O eixo central da economia deixou de ser a reprodução do capital através de bens e serviços de criação de valor, passando a ser o da especulação. A especulação apenas cria "bolhas― que mais tarde ou mais cedo têm que rebentar, colocando a nú a virtualidade do capital e a sua volatilidade, esfumando-se assim grande parte do capital especulativo.

um encontro com a recessão.

A criação de valor necessita de acção humana sobre matérias e serviços, transformação, criação de valor de us e de troca... Ou seja, tem que ser útil ao ser humano.

Se a guerra é a continuação da polÃ-tica por outros meios, nos tempos actuais, a especulação capitalista (e talvez muito em particular, a envolvida na especulação de mercados de futuro e derivados) é a continuaç£o da guerra por outros meios, sempre com consequências de maior desemprego e empobrecimento e proletarização dos povos.

A crise despoletou no centro do Imperialismo, mas o centro da crise \tilde{A} © a pr \tilde{A} ³pria ess \tilde{A} ªncia do Capitalismo Moderno: a financeiriza \tilde{A} § \tilde{A} £o como centro da Economia. Este centro tem que ser atacado! \tilde{A} ‰ uma exig \tilde{A} ªncia anti-capitalista! \tilde{A} ‰ uma exig \tilde{A} ªncia da Esquerda! Porque \tilde{A} © esta economia de Casino que despoleta a crise, e a crise arrasta sempre as massas mais desfavorecidas.

3. IMOBILIÕRIO, BENS ALIMENTARES, PETRÓLEO E ENERGIA: TERRENOS DE UMA VERTIGEM CHAMADA ESPECULAÃ \pm ÃfO

3.1. Crise no Imobiliário... Para onde foram os Especuladores?

O rebentamento da bolha especulativa que se alastrava e que alimentava o mercado imobiliário associado à generalização dos créditos à habitação colocou a nu a fragilidade de um castelo virtual. A banca e os sectores de crédito imobiliário apostaram na especulação, na †valorização da habitação' e generalizaram o crédito para de casa, assentando na extorsão dos rendimentos daqueles com menores recursos que se sobreendividaram com créditos que a prazo não poderiam pagar. Rapidamente, com a incapacidade do pagamento dos empréstimos aos bancos, estes Ã⁰ltimos foram perdendo liquidez, e restou-lhes apenas o capital especulativo, mas o capital especulativo não servia, porque não existe. O pânico arrastou-se pelas bolsas e por fim a bolha esvaziou...

Aparentemente, nesta situação assiste-se à retirada dos capitais especulativos que se transferem para o mercado alimentÃ-cio e para o mercado dos hidrocarbonetos (o petróleo em particular). Os astronómicos capitais especulativos encontram assim novas fontes de especulação e novas bolhas de crescimento, alastrando ainda mais, a crise ao planeta. Esta nova deriva especulativa aumentou os preços, a fome, a dificuldade dos pobres em acederem aos bens de consumo...

3.2. Reguladores mundiais: ineficácia e inoperância

Todos estes mercados - desde o imobiliário, passando pelos novos mercados especulativos como o que joga com os preços dos bens alimentares ou que corre na especulação do mercado dos hidrocarbonetos – só existem para a Especulação por autorização dos Bancos Centrais. O Imperialismo que autorizou os off-shores é o mesmo Imperialismo que autoriza estes mercados de fundos.

Sejamos sinceros... Se o Imperialismo quisesse, algum dia, regular a especulação, controlando as crises e regulando a anarquia do capital privado a montante, teria que limitar e impedir o uso dos chamados †mercados de futuro' para a especulação, ao mesmo tempo que teria que limitar e regulamentar a circulação e concentração de capital, em particular nos off-shores. Mas como o Imperialismo e as suas máquinas institucionais (BCE, FMI, G8, etc.) não estão dispostos a impedir a especulação, não estão dispostos a tributar off-shores nem estão dispostos a limitar a concentração e multiplicação da propriedade especulativa, as crises são apenas controladas a jusante...

Perante o desenrolar da crise como reagiram as entidades e os reguladores internacionais? Apenas de forma paliativa e minimizadora de danos para o Capital. O BCE, o G8, o FMI ou qualquer outra entidade reguladora internacional é tão ineficiente e incompetente na regulação do capital especulativo que a única coisa que fazem, enquanto imperialistas também, é nacionalizar os prejuÃ-zos para depois privatizar os lucros.

3.3. As medidas paliativas e a nacionalização dos prejuÃ-zos: quando os capitalistas reclamam o socialismo do Estado!

Arrastado na crise do sub-prime o Northern Rock, na Grã-Bretanha, estava em vias de abrir falência... Como respondeu o governo britânico a isto? Abriu uma linha de crédito de 55 mil milhões de libras à disposição do Banco, acabando, em último recurso, por nacionalizá-lo.

Para os dois gigantes hipotecários estado-unidenses â€" o Fennie Mae e o Freddie Mac (4) â€" que também abriram falêno a receita é a mesma: Bush pediu ao Congresso a abertura de uma linha de crédito no valor de 300 mil milhões de euros para salvar estes privados.

Estes exemplos multiplicam-se por vários paÃ-ses e já vários governos intervieram em instituições bancárias. Os paÃ-ses da Benelux nacionalizaram parcialmente o Fortis (grupo que detém 51% das aplicações em seguros do BCP); a Islândia segue o mesmo caminho com o Glitnir Bank; a Bélgica ponderam intervir no Dexia; o governo dinamarquós adquiriu o Roskilde e interveio no Ebh Bank; a Alemanha nacionalizou o Hypo Real, enquanto que a Grã Bretanha (para além do Northern Bank) já estatizou o Bradford & Bingley e os EUA, para além das várias nacionalizações que jà fez, vóem-se forçados a discutir planos de disponibilização de centenas de milhares de milhões (700 mil milhões) de dólares que serviriam de fundo para aquisição de activos e acções de risco. Entretanto, o BCE volta a injectar uma quantidade astronómica (120 mil milhões de euros) no mercado.

Portanto, a resposta que as entidades bancárias, que os Governos e as entidades internacionais (como o BCE, que injectou repetidamente moeda no mercado, garantindo liquidez) têm para a crise é a de socializar o prejuÃ-zo da banca e dos gigantes hipotecários e especulativos. Numa altura em que a teoria e a ideologia neoliberal tanto apregoa e suspira por um estado minimalista, sem mão no mercado e nas actividades económicas, é essa mesma teoria e ideologia neoliberal que, em posição de falência, vai sugar ao braço do Estado milhões de euros, bolo constituÃ-do pelos impostos cobrados à s massas pagantes. É uma teoria liberal de socialismo da falência e de socialização do risco, que marca a crise do capital financeiro e do livre mercado e uma profunda derrota ideológica do neliberalismo.

3.4. Fundos Soberanos

Os fundos soberanos são disto outro exemplo. Estes fundos, detidos pelos Estados ou por bancos centrais têm

adquirido dÃ-vida das instituições financeiras, almofadando as falências e as crises. Enquanto que Abu Dhabi compra 4,9% do Citigroup, o fundo de Singapura injecta 10 mil milhões no grupo suÃ-ço UBS. Mas os exemplos sucedem-se: o fundo chinês adquire 9,9% do capital do Morgan Stanley; os fundos do Koweit e da Coreia do Sul investem na Merrill Lynch (principal correctora mundial). Neste cenário do capital financeiro global assistimos a um alinhamento de vários paÃ-ses a intervirem e a minimizarem as perdas e a crise que estoirara no centro do Império (5).

Hoje, os Estado não controlam as crises a montante, apenas a jusante. Quando os mercados estão em alta permitem-se privatizações de Bancos e de Fundos de Pensões; mas quando os mercados estão em baixa é o Estado que injecta o dinheiro e sustenta a economia liberal, que durante anos ganhou o dinheiro sem o redistribuir, e que agora aproveita-se de um Estado que se espolia a si próprio para garantir a viabilidade de algo que, assim que o mercado esteja novamente em alta, se regulará de novo pela lógica do privado, procurador da acumulação infinita de capital.

Em momentos de crise, os privados recorrem ao Estado e até pedem a intervenção do seu braço na economia por uma razão muito simples: os privados não têm formas de regular o mercado! A condução anárquica da economia privada prova a tese socialista de que o Estado é central na condução da Economia.

4. POUCO SE APRENDEU COM O PASSADO

4.1. Depois do New Deal

Depois da crise de 29/30 o Capitalismo retirou algumas lições! Na altura chegava-se à conclusão de que o Estado tem que ter uma mão reguladora na circulação do Capital, ao mesmo tempo que deve impedir a corrida aos Bancos em busca de créditos, pois esses advêm essencialmente do capital não-real.

No entanto, a Globalização e Financeirização da Economia destruiu estes meios de controlo e de regulação estatal que a burguesia defendeu depois do crash de 1930, com o intuito de impedir novos episódios de crises profundas. Hoje, os bancos centrais não passam de ferramentas de nacionalização dos prejuÃ-zos e de auxÃ-lio à acumulação privada de capital. As instituições reguladoras ou não existem ou fingem que existem. Em verdade "moderam― a concentração dos monopólios, na aparência de uma concorrência favorecedora da população.

O Ã-mpeto da concentração de Capital de forma instantânea e rentista levou a que os liberais de hoje se tivessem esquecido do New Deal e da então assumida necessidade de uma regulação estatal sobre o capital especulativo e sobre a acumulação de propriedade, o que colocou o Capital numa encruzilhada, mergulhado numa sintomatologia tÃ-pica uma doença auto-imune, em que o organismo se agride a ele próprio... Se por um lado, a não regulação do mercado especulativo, a não limitação do recurso ao crédito, a não limitação da concentração de propriedade e de capital e não limitação da circulação do capital não tributado e não declarado desembocou numa crise do Capital; por outro lado, a aplicação de mecanismos de regulação por parte do Imperialismo (como a limitação da especulação nos mercados de futuro, a tributação de off-shores e a limitação de ganhos, multiplicação e concentração do capital especulativo) levaria a outras crises do mesmo tipo, porque os Bancos e as Bolsas que já só jogam no mercado especulativo entrariam em queda, sentir-se-iam crashes e novas ondas de crise sacudiriam a Economia.

4.2. A auto-regulação não funciona

Esta encruzilhada do Capital revela que a auto-regulação do Capital não funciona, nem sequer com a profusão de entidades pseudo-controladoras da economia e do capital mundial. Ao contrário do que a social-democracia defende, não basta regular e regulamentar os mercados através de uma espécie de Banco Central Mundial, porque este não teria capacidade para impedir novos tipos de crises; muito menos teria capacidade ou competências para proteger as massas mais pobres e desprotegidas dos efeitos da crise.

As mulheres e homens comunistas diferenciam-se desta opinião, requerendo a intervenção do Estado na propriedade privada, na regulação da propriedade bolsista, na limitação da concentração de propriedade, defendendo, acima de tudo, a economia produtiva em detrimento da economia especulativa.

O poder económico deve ser dirigido pelo poder polÃ-tico, regulado e controlado pelo Estado e não pelas chamadas entidades independentes de regulação, que dependem elas próprias, do próprio mercado para sobreviver. Não há entidades independentes eleitas pelos cidadãos e pelo voto popular nem há entidades independentes a trabalhar para os povos e para as massas. As entidades reguladoras chamadas independentes mostraram a sua ineficácia e revelamse agora num papel de aumento de taxas de juro, aumento inflacionista, novas cedências ao Capital, nacionalizandolhes os prejuÃ-zos à custa dos impostos dos cidadãos. A Esquerda deve lutar pelo fim destas entidades independentes, Bancos Centrais e as chamadas entidades reguladoras mundiais; impondo em alternativa posições fortes do Estado na Banca.

5. Â A CRISE PASSARÕ... MAS À CUSTA DE QUEM?

5.1. Quem paga a factura?

Nós sabemos que o Capital ultrapassará esta crise, como tem ultrapassado muitas outras, mostrando uma enorme capacidade de regeneração. Mas nós sabemos também que o Capital e o Imperialismo resolve sempre as suas crises à custa da espoliação do Estado (através da já referida †nacionalização' dos prejuÃ-zos dos privados e atravâ privatização e mercantilização de serviços e funções do Estado, na ânsia de se procurar novos mercados para redesenvolver e re-expandir o capitalismo e a concentração de capital) e do esmagamento e proletarização generalizada da classe trabalhadora (milhares de despedimentos, esmagamento dos salários e dos direitos dos trabalhadores, perda de poder de compra, precariedade generalizada, pobreza...).

Também sabemos que esta crise se resolverá desta mesma forma. Depois de muita turbulência a factura será novamente paga pelos trabalhadores e pelos desprotegidos, das mais variadas formas. O Código do Trabalho que se nos apresenta de novo em Portugal – e que tem sido reproduzido pelo Ocidente fora – mostra a tendência do esmagamento dos direitos laborais; ao mesmo tempo que o avanço da predação neoliberal força a apropriação privada e mercantil das funções do Estado Social.

Quando falamos das saÃ-das que o Capital encontra para as suas próprias crises não podemos deixar de ponderar sobre a abertura de novas frentes de guerra e sobre o reforço do mercado de armas e de apropriação económica de mercados por via da força bélica (6)... Não podemos ignorar as convulsões demonstradas pelo conflito Geórgia/Russia, pela tensão BolÃ-via/EUA, pelo pedido israelista de abertura de um canal de intervenção para o

Irão...

A face do Capitalismo e do seu sistema \tilde{A} © esta mesma: s \tilde{A} £o sempre os mais pobres, os mais proletarizados, os pa \tilde{A} -ses mais perif \tilde{A} ©ricos que ficam sempre com a factura para pagar.

Contra tudo isso temos que defender a intervenção do Estado na propriedade privada e o controlo estatal na circulação do capital, dando assim ferramentas ao próprio Estado de controlo, a montante, sobre as crises, protegendo a classe trabalhadora dos pagamentos das crises dos capitalistas.

6. NA ENCRUZILHADA PODE HAVER SAÕDA... À ESQUERDA

6.1. SÃ3crates e os paliativos

Quando José Sócrates negou a iminência de uma crise financeira mundial, o que arrastaria a emergência de uma crise social (em Portugal, particularmente) estava a negar a redução dos impactos da crise, impedindo a tomada de medidas a montante. Durante três anos de obsessão pelo controlo do défice, de sobrevalorização da finanças e de duche frio da economia portuguesa, José Sócrates e o seu Governo, umbigados e obsessivamente internalizados, não souberam ler a evolução da economia mundial real. Durante estes três anos, o plano de redução do défice, repercutiu-se na redução do investimento público, baixando as condições de resistência da economia portuguesa face a uma potencial crise mundial. As Contas Públicas até podem estar em equilÃ-brio mas a economia está estagnada, bem como o investimento público e/ou privado. A emergência e consequência desta crise mundial põe em causa a polÃ-tica de Obsessão do Défice e tornam ridÃ-culas as manifestaçµes de júbilo de José Sócrates quando anunciar o o Défice estava Controlado.

Aquando do aproximar da crise o Governo só tomou paliativos: como os subsÃ-dios pontuais aos passes sociais ou como os apoios fiscais a quem pagava habitação própria (financiados por uma taxa simbólica sobre os stocks da Galp). Estes paliativos não impediram o aumento do desemprego, o aumento do crédito malparado ou o sobreendividamanto das famÃ-lias portuguesas...

José Sócrates tinha duas tarefas imediatas a que se recusou: 1) fixação dos preços do petróleo, impondo preços administrativos, limitando os lucros da Galp e de outras petrolÃ-feras, limitando assim a especulação que cedo contagiou o mercado dos hidrocarbonetos; 2) fazer uma frente na UE contra o aumento das taxas de juro. Ao contrário, o Governo alinhou pelas teses do neoliberalismo e colocou-se ao lado dos paÃ-ses mais fortes e mais ricos contra o povo português e contra os mais frágeis e pobres da UE. Recusando-se a intervir no mercado e incapaz de enfrentar a UE, recusando o aumento das taxas de juro, José Sócrates permitiu a escalada nas prestações a pagar aos bancos, emagrecendo os salários e o poder de compra do povo português, que deve, em média, 130% daquilo que ganha. Pior, as alterações que Sócrates fez à Lei de Pensões e à Lei do SubsÃ-dio de Desemprego penalizam ainda mais estes dois estratos face a este espectro de crise social emergente.

Os povos e as massas que se vêem sempre nesta situação de bodes expiatórios da crise dos capitalistas, desprotegidos pelos governos neoliberais, como o de José Sócrates, podem ter uma intervenção: a sua mobilização e a sua pressão podem obrigar os Governos a fechar off-shores, a tornar o sector público dominante na energia e na banca, a impedir os mercados de futuro, a impedir a privatização da energia, dos transportes e dos serviços públicos.

O caminho tem que ser o da luta dos povos, porque só este caminho pode criar a pressão e a agitação suficiente para acabar com a financeirização da Economia. Estas lutas e suas mobilizações têm que ser apoiadas pela Esquerda.

A Esquerda, as mulheres e os homens comunistas lutam para que o poder polÃ-tico subordine o poder económico. Esse objectivo nunca será conseguido se se mantiver a intrusão das chamadas entidades reguladoras internacionais, como BCE, FMI, OMS, OCDE, etc., em detrimento do papel dos Estados e dos governos eleitos pelos povos. Por isso, esta situação deve ser revertida, lutando-se pelo fim das chamadas entidades independentes!

A Economia de Casino e o n \tilde{A} £o controlo da economia (potenciador do aparecimento de v \tilde{A}_i rias outras crises) s \tilde{A}^3 podem ser revertidos por movimento social maiorit \tilde{A}_i rio e alternativo que afirme os valores da esquerda e do socialismo. Isto s \tilde{A}^3 se conseguir \tilde{A}_i com um amplo e mobilizado apoio popular. S \tilde{A}^3 com este movimento e com este apoio ser \tilde{A}_i poss \tilde{A} -vel impor o seu controlo, a montante, sobre as crises e sobre a economia.

A esquerda só pode enfrentar de frente o centro da crise capitalista exigindo medidas sérias de controlo do capital, desenvolvendo propostas intermédias mas dando caminho à aplicação da taxa Tobin ao fim dos offshores, combater o capital especulativo, impedir que mercados de bens e serviços essenciais sejam predados pelos especuladores e pela empolação de preços ao consumidor.

A esquerda tem que colocar no centro estratégico da sua táctica, os serviços públicos e a guerra, pelo fim da NATO que junte elementos de resistência com elementos de contra-ataque, o que dá confiança e permite posicionamentos de uma outra forma no terreno da luta de classes e da proposta e resposta polÃ-tica.

Em Portugal como na Europa é preciso intervir para inverter a descredibilização da polÃ-tica. A actual crise do capitalismo abre espaço nas massas para as forças populistas de direita se desenvolverem, pelo que os serviços públicos e a paz são elementos estratégicos essenciais para a intervenção dos movimentos sociais e da esquerda, e expressam de forma aguda a luta entre o trabalho e o capital, bem como o papel do Estado.

Só com um amplo apoio social é que os partidos e os movimentos verdadeiramente socialistas poderão evitar a espoliação do Estado e dos Serviços Públicos para os privados, ou evitar a privatização dos sectores energéticos e estratégicos para os paÃ-ses e para os povos (impondo, em muitos casos a nacionalização ou re-nacionalização destes sectores).

Os Estados e os povos devem alinhar-se na defesa dos Serviços Públicos, impedindo que estes sejam predados pelo Capital na sua busca por novos mercados, ao mesmo tempo que devem impor impostos progressivos à Banca e aos

SÃ ³ com este apoio popular é que a Esquerda socialista poderá privilegiar a economia e o investimento produtivo, produtor de matéria e forças produtivas, combatendo a economia bolsista.
1) Nos EUA, a inflação cresceu ao ritmo mais rápido dos últimos três anos tornando a taxa de juro de 2% realmente negativa; a economia das famÃ-lias nos EUA está pior do que em 2000 com um salário médio 80% mais baixo do que em 1972 e a dÃ-vida familiar no valor mais alto de sempre. Em Julho assistiu-se ao aumento de 141% nos despedimentos, em particular nas empresas do sector financeiro e nas companhias aéreas, assim como ao aumento de pedidos de subsÃ-dio de desemprego mais alto desde 2003. O Ã-ndice de pobreza atingiu 14,1%, (41,3 milhões de pessoas), enquanto o número de bilionários cresceu exponencialmente. A economia norte-americana está em terreno negativo desde 2007; com o contÃ-nuo abrandamento do investimento produtivo a sua parte no PIB mundial desceu, desde o final da década de 90, de 40% para 30% e o seu défice comercial mensal atinge valores próximos dos 70 mil milhões de dólares - dependendo crescentemente do retorno dos dólares na forma de compra de tÃ-tulos do tesouro, acções
2) Na Zona Euro, os preços no produtor registaram em Julho a maior subida desde 1990; a inflação atingiu 4,1% e as vendas a retalho sofreram as maiores descidas desde 1995; a produção industrial britânica diminuiu em Junho pelo quarto mês consecutivo, enquanto que a espanhola registou a maior queda desde 1993 e o seu número de desempregados atingiu o valor mais alto desde 1998. As exportações baixaram e paÃ-ses como Portugal, Espanha, França e Alemanha têm visto as suas previsões de crescimento a serem consecutivamente revistas em baixa, estando a agudizar-se o clima de estagnação económica, com paÃ-ses da Zona Euro a entrar já em recessão técnica.
(3) Há um dado que pode ter passado despercebido, mas é significativo: o preço médio para os futuros contratos de electricidade no MIBEL subiu 68,43% no primeiro semestre deste ano, face ao homólogo anterior.
(4) O rebentamento da bolha financeira nos EUA colocou de imediato sobre 150 bancos o fantasma da falÃancia, tendo falido mesmo instituiçÃμes de renome como a Indy Mac Bancorp (segunda maior falÃancia nos EUA) ou o Bear Stearns (quinto maior banco estado-unidense). Os exemplos de falÃancias bancárias sucedem-se ainda hoje e as previsÃμes apontam para a inevitabilidade de novas falÃancias em várias áreas de actividade. A mais recente falÃancia de um banco aconteceu com o Washington Mutualno, declarada como a maior falÃancia de Wall Street e que apressou alguns analistas a comparaçÃμes com a crise de 1929. Semanas antes falira o Lehman Brothers e a gigante seguradora AIG teve que ser intervencionada.
(5) Este cenÃjrio não é surpresa, principalmente para a UDP, que na sua 2ª Conferência (ler os documentos saÃ-dos desta Conferência) jÃj se tinha posicionado sobre os BRIC (Brasil, Rússia, Õndia e China) como parceiros do Imperialismo Global, conclusão reforçada pelo facto de os fundos estrangeiros (chineses, russos, sauditas) segurarem 1/3 do défice norte-americano.
(6) Ainda recentemente os EUA ultrapassaram duas bolhas especulativas, tendo como saÃ-da económica a 'criação' e exploração da Guerra no Iraque.

sectores financeiros.

A Direcção Nacional da UDP

28 Setembro 2008

Resolução em pdfÂ